

2

A Cobrança do Posicionamento Democrático: Crime ou Lei?

Ao longo dos meses de setembro e outubro de 1963 a polarização em torno da democracia levará os jornais analisados a cobrarem de Jango um posicionamento claro dentro do espectro político. A revolta dos sargentos em Brasília, o pedido de estado de sítio, as sucessivas ameaças de greve geral do CGT, são exemplos de alguns acontecimentos que marcaram as páginas dos periódicos e orientaram o debate político deste momento. Os militares também cobravam de João Goulart uma postura mais enérgica diante das greves políticas organizadas pelos sindicatos. Estes jornais certamente desejavam que Jango se posicionasse ao lado de uma democracia representativa de baixa participação afastada dos “comunistas revolucionários” e de um programa de reformas moderado que garantisse a manutenção do *status quo*. O regime democrático não poderia ser desvirtuado de seus rumos e limites estabelecidos para João Goulart no ato de sua posse. No entanto, este posicionamento “claro e definido” não fora cobrado apenas de João Goulart. Juscelino Kubitschek, pré-candidato a sucessão presidencial pelo PSD, também fora atacado pelo jornal *O Globo* por sua indefinição.

No editorial do dia 6 de setembro intitulado “O Dever da Autenticidade”, *O Globo* afirma estar cedo para uma avaliação dos candidatos apresentados até o momento – Juscelino e Lacerda. No entanto, ao comentar o desejo de JK aproximar-se do PTB para uma possível aliança para as eleições de 1964 relatam que “o ex-presidente faz as mais incríveis concessões às teses e idiossincrasias dos exaltados e “negativos”.”¹ Ainda segundo o jornal, este raciocínio não teria sucesso, pois, a tendência, devido à radicalização das posições políticas, era que o PTB escolhesse um candidato simpático às esquerdas. Imprimindo uma postura de simples comentarista das declarações de JK em um programa de TV, o editorial menciona que se observa no ex-presidente

¹ *O Globo*, 6 de setembro de 1963, p. 1.

A intenção de caminhar para as urnas sem se definir a respeito dos problemas que mais preocupam a Nação. Somos de opinião que o processo é péssimo e, se realmente insistir nele, estará S. Ex. malbaratando, absurdamente, o crédito popular e perdendo boa parte de seu eleitorado.²

Esta indefinição acarretaria a perda de boa parte de seu eleitorado, por se tratar, segundo o editorial, do problema que mais preocupa a Nação. Sobre o problema, o “fantasma do comunismo” e a subversão do país, o ex-presidente afirmou que não via maiores conseqüências “porque o sentimento de cristandade da Nação é uma barreira intransponível aos avanços de articulações nesse sentido”.³ Esta afirmação de Juscelino corrobora com a crença de que aspectos morais – o sentimento de cristandade – dariam conta de manter afastadas as contingências da política, reiterando o argumento da subalternidade da política em relação à moral. Ademais, os aspectos religiosos estariam presentes na sociedade brasileira dando coesão a uma determinada cultura política. O editorial do jornal *O Globo* propõe que há, no eleitorado nacional, a expectativa de um posicionamento definido sobre o problema da subversão do país. O sucesso eleitoral dos candidatos à presidência, para o jornal, portanto, estava diretamente relacionado ao posicionamento exigido. Em seguida o jornal questiona a postura de JK, pois, segundo o editorial, os comunistas pretendiam chegar ao poder através da desarticulação da vida brasileira e não da “articulação”. Diante da indefinição de JK e de suas concessões aos grupos de esquerda cobra-se, em nome da população brasileira, uma posição. Reforça-se a necessidade de não abrir concessões aos grupos de esquerda “negativos”. A experiência recente com Jango, e anteriormente Vargas, indicava ao jornal que uma atitude “franca” era necessária, pois

Dos antigos políticos, cheios de “habilidade”, o Brasil já está farto. Quer sinceridade, autenticidade, franqueza (...) a Nação quer um presidente que esteja ao lado da ordem, da tranqüilidade, do trabalho e da grandeza.⁴

Diante da “habilidade” política dos antigos políticos se fazia necessária a franqueza e a sinceridade, ou seja, frente a um problema político a solução estaria na adoção de um posicionamento moral. O Brasil cobrava este posicionamento,

² *O Globo*, 6 de setembro de 1963, p. 1.

³ *Ibid.*

⁴ *Ibid.*

pois estava “farto” dos “antigos políticos”. Diante da demagogia a sinceridade venceria. Franqueza e sinceridade aparecem como categorias ideais imunes a todo tipo de dubiedade, estariam impreterivelmente ao lado da ordem e do trabalho e afastadas da desordem e da subversão. Além disto, as críticas a JK residiam, sobretudo, no fato do pré-candidato acenar com a possibilidade de contar com o apoio de políticos exaltados e “negativos”, que estavam, portanto, fora do núcleo político centrista e marcado pelo *bom senso*.

Reforçava-se a necessidade dos políticos posicionarem-se ao lado de aspectos opostos e assimétricos às greves e à participação política dos trabalhadores. Em outra ocasião, Juscelino declarou que contra as ameaças ao regime sofridas em seu governo opunha “serenamente o [seu] programa de trabalho”.⁵ Contra a “agitação”, a serenidade fazia-se solução. Ordem, trabalho, tranqüilidade, eram aspectos apresentados pelos jornais como princípios universais, portanto, não sujeitos a interpretações divergentes daquelas pautadas nas premissas democráticas e cristãs amplamente difundidas nas páginas destes órgãos de imprensa. Estes princípios estiveram sempre relacionados a uma democracia representativa de baixa participação, às reformas moderadas e às reivindicações trabalhistas dentro dos propósitos classistas. Isto significava que a sociedade deveria respeitar uma norma: política para os partidos políticos, trabalho para os trabalhadores e políticas sociais para os destituídos e carentes. Desta forma as convulsões sociais seriam evitadas e a confiança no regime democrático seria garantida. As qualidades que o futuro presidente deveria demonstrar passariam ao largo dos aspectos político-ideológicos. Seja pela via de uma moral – sinceridade, autenticidade e franqueza; ou pelo aspecto técnico – trabalho⁶, eficácia econômica –, o futuro “político” do Brasil estaria assegurado. Neste sentido, a política era concebida enquanto uma opção moral e técnica respaldada em atos voluntários ideais.⁷ Quaisquer posturas orientadas para a

⁵ *Diário de Notícias*, 12 de setembro de 1963, p. 4.

⁶ A valorização do trabalho aparece como uma forma de legitimar o Capital e o capitalismo, pois é através do exercício do *direito* ao trabalho que os trabalhadores saíam do mundo da carência e da necessidade e teriam aumentada sua renda reduzindo-se, assim as desigualdades. Este trabalho também seria um *dever* social frente ao processo de desenvolvimento econômico da Nação. As greves seriam responsáveis, portanto, por impedir que “verdadeiros” trabalhadores cumprissem seu dever para com a Nação diante do progresso econômico e transformar este direito em subversão e corrupção política.

⁷ Ver as reflexões de Bolívar Lamounier sobre o objetivismo tecnocrático em seu artigo sobre a formação de um pensamento autoritário na Primeira República. In: LAMOUNIER, B. Formação

incorreção ou desvio destes ideais seriam rechaçadas em prol dos valores democráticos e cristãos perdendo, assim, sua legitimidade política.

O ano de 1963 foi marcado pela expectativa de que, sob o presidencialismo, João Goulart pudesse executar medidas eficazes contra a crise. Após nove meses de governo presidencialista ele era acusado de imobilismo diante da crise econômica e omissão frente ao movimento sindical que cada vez mais se fazia “ouvir” através das greves políticas organizadas pelo CGT. Ou seja, não estaria agindo com eficácia na área econômica, e na política estaria se omitindo e permitindo a subversão. Neste sentido, a realidade nacional concebida por conservadores enquanto um ambiente ausente de conflitos político-ideológicos limitava fortemente as ações políticas possíveis de João Goulart frente às representações negativas sofridas por ele na grande imprensa. Diante dos argumentos da ambigüidade de Jango e do posicionamento *correto* a ser tomado para que se evitasse o conflito, os jornais possuíam um amplo leque de possibilidades desqualificadoras.

O presidente foi caracterizado enquanto uma figura efetivamente ambígua que visava apenas ao poder, deixando-se levar ao sabor das pressões de diferentes grupos. Foi caracterizado, também, como um político interessado em tirar o máximo proveito das situações a partir da atenção a diversos grupos, sem manifestar, em todo caso, posições político-ideológicas claras.⁸ Desta feita, Jango poderia ser acusado de omissão, por sua indefinição; ou de ação subversiva, por suas conviências e conveniências com grupos à esquerda. Ambas as atitudes, caso não fossem resolvidas com a decisão de posicionar-se ao centro político, contribuiriam apenas para o fim do regime representativo. Este quadro possibilitaria, segundo os jornais, que os “agitadores” desvirtuassem os *trabalhadores pacíficos* rumo à “agitação” e à “desordem”. Do presidente se esperava a solução para os problemas nacionais, sobretudo para a alta inflação e a crise financeira que arrebatavam os salários produzindo greves e insatisfações entre os trabalhadores. Esperava-se a ação econômica e um posicionamento político adequado. Grupos à esquerda e os sindicatos também esperavam de

de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação. In: *Historia Geral da Civilização Brasileira*. 2º Ed. São Paulo: Difel, 1978, Tomo III, Vol. 2, p. 365.

⁸ Para uma narrativa mais detalhada sobre as representações de Jango relacionadas à manipulação, ver MOTTA, R. P. S. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

Goulart um posicionamento sobre a democracia e sobre as reformas de base, sua grande bandeira. Em um comício em comemoração da morte de Getúlio Vargas, em agosto, Rafael Martinelli, representante do CGT, advertiu Goulart, que também estava no palanque, que até a realização das reformas fosse concretizada as greves seriam mais freqüentes e generalizadas.⁹

2.1

A Greve de Santos

Em setembro de 1963, em Santos, estourou uma greve em toda a cidade em solidariedade às enfermeiras e funcionários de hospitais. O governador de São Paulo, Adhemar de Barros, enviou a polícia para dispersar uma reunião do Fórum Social de Debates – entidade de cúpula do CGT em Santos – com gás lacrimogêneo. Houve a prisão de mais de 200 participantes.¹⁰ Juntamente com Carlos Lacerda, governador da Guanabara, Adhemar de Barros foi um contumaz opositor de Goulart e seu governo. Agindo, legal ou ilegalmente, no sentido de obterem efeitos psicológicos sobre a opinião pública, Adhemar e Lacerda dificultavam as soluções e negociações junto aos sindicalistas atuando sempre com muita força na dispersão das greves. Desta maneira pretendiam engrossar o caldo da “desordem trabalhista” e afastar o centro político e a esquerda de Jango.

Em resposta às prisões e ao uso excessivo da força em São Paulo, o Pacto de Unidade e Ação respondeu com uma ameaça de greve geral caso o governo federal não se posicionasse sobre o acontecimento em favor dos grevistas. O comandante do II Exército de São Paulo, Gen. Peri Bevilacqua, reagiu declarando em entrevista à imprensa que o CGT não passava de um “ajuntamento de intrujões que pretendem arrastar homens a atitudes indefensáveis”.¹¹ Nesta entrevista, da qual também participara Adhemar de Barros, tornava-se clara a crescente oposição de alguns líderes militares às greves e sua intolerância à greve geral, que seria reprimida com a força se necessário. Agora em editorial do *Jornal do Brasil*, afirma-se que o país não teme o ultimato do CGT, e espera-se do governo que

⁹ ERICKSSON, K. P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p.171.

¹⁰ *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1963, p.8.

¹¹ *Correio da Manhã*, 3 de setembro de 1963, p. 1.

resista e “restaure o império da lei e da ordem”.¹² Segundo o jornal, “existe um limite para o direito de greve. Uma coisa é direito, outra é abuso desse direito. É o que estamos assistindo, hoje, no Brasil, presidido por um ex-líder sindical.”¹³

Os meses de setembro e outubro de 1963 estarão marcados por esta intensa polarização do espectro político e pela cobrança do posicionamento do governo frente ao rumo democrático. O *Diário de Notícias* declarou que a falta de autoridade do governo acarretara a greve de Santos, que por sua vez pressionava órgãos de representação popular legítimos. Acusando o governo de estimular a agitação, o jornal afirmava que o país estava “resvalando insensivelmente para a ilegalidade”.¹⁴ Jornais, militares e grupos políticos conservadores à direita do espectro político, esperavam que Jango agisse a fim de manter-se ao lado da legalidade e da democracia. A ação política deveria limitar-se às possibilidades razoáveis diante da realidade brasileira. Era comum nas páginas de alguns jornais a política ser caracterizada como a arte do possível. Os jornais analisados esperavam do presidente seu afastamento das esquerdas desejosas das reformas “radicais” e de uma democracia mais “subsantiva”¹⁵ e participativa, por acreditarem ser, ambos, posicionamentos incompatíveis com o destino político brasileiro.

Com a intensificação do confronto em Santos, o ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, ordenou a intervenção na greve do litoral paulista. A intervenção do II Exército contou com tropas de apoio e foi orientada para, caso fosse necessário, utilizar a força. Com a intervenção os grevistas recuaram, pois decidiram evitar um confronto com os militares. Eugenio Gudín escreveria no *O Globo*, um dia após a intervenção militar em Santos, que era dever das Forças Armadas garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem segundo a Constituição. Alertando para o “perigo comunista” que era apoiado em uma minoria que se vale da força e do golpe, e para a omissão do presidente, ataca:

Se o presidente esquece que os alicerces da Constituição a qual jurou obediência são os de uma democracia REPRESENTATIVA e não uma democracia de soviets

¹² *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1963, p. 6.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ *Diário de Notícias*, 3 de setembro de 1963, p. 3.

¹⁵ GUIMARÃES, C. Vargas e Kubitschek: A longa distancia entre a Petrobrás e Brasília. In: CARVALHO, M. A. R. de; LESSA, R. República no Catete. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 168.

sindicais ou comícios revolucionários, é indispensável que as Forças Armadas restabeleçam o império da lei. Na democracia REPRESENTATIVA as leis são formuladas e promulgadas pelos REPRESENTANTES do povo brasileiro ELEITOS pelo voto secreto e universal.¹⁶

Eugenio Gudin enfatiza o caráter representativo da democracia brasileira e a devida obediência à Constituição. A participação de sindicatos na política era vista como o prenúncio à revolução comunista e da subversão da ordem. Mais uma vez, as Forças Armadas seriam as responsáveis pelo restabelecimento da lei e da ordem, o poder moderador na República brasileira. No dia da independência do Brasil, dois dias depois da intervenção em Santos, Jango proferiu um discurso que, embora em tom de moderação, buscava legitimar a participação política dos grupos populares. A moderação foi elogiada por jornais conservadores, como o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, por sua “profissão de fé democrática” quando desestimulou esperanças dos que “tramam” contra as instituições com o auxílio de órgãos como o CGT, PUA, e outros conjuntos de pelegos sindicais.¹⁷ Jango apresentava assim, a participação política como mecanismo de pressão legítimo dentro do sistema democrático representativo, mas esta participação não deveria contar, segundo ele, com o apoio de grupos ilegais. A postura intolerante dos militares às greves políticas, bem como dos jornais, levou gradativamente o CGT ao isolamento e à ilegalidade. Com isto o presidente prosseguiu com sua estratégia de valorização da participação do povo na política, mas sem fazer menções diretas ao CGT enquanto um aliado. A fim de evocar uma memória de participação democrática popular desvinculada do CGT, lembrou que a defesa de sua posse em 1961,

Significou, naquele momento, extraordinária vitória das forças populares e verdadeiramente democráticas, contra as minoritárias forças do retrocesso, que intentaram um golpe de estado, visando à liquidação da livre decisão do povo brasileiro. Significou, realmente, a vitória do regime democrático, no que ele tem de essencial: - o respeito à soberania popular e à consolidação do regime representativo.¹⁸

O regime democrático representativo ao qual João Goulart se refere, pauta-se na soberania popular. No entanto, no sistema representativo do Brasil deste momento, soberano seriam os órgãos representativos escolhidos através da

¹⁶ GUDIN, E. *O Globo*, 6 de setembro de 1963, p. 2. Grifos do autor.

¹⁷ *Jornal do Brasil*, 10 de setembro de 1963, p. 6.

¹⁸ *Correio da Manhã*, 7 de setembro de 1963, p. 1.

vontade popular. Ainda que a *vontade* popular também fosse soberana, o voto não dava direito ao povo de ir além desta interferência na democracia. O voto não fazia do povo soberano, mas sim sua vontade, traduzida no pleito e realizada posteriormente pelos representantes. A intervenção na política seria franqueada apenas aos representantes *legítimos* escolhidos pelo voto popular. Portanto, soberanos. Apesar de o presidente defender a manutenção do regime representativo, neste regime os representados possuiriam uma importância maior que os representantes, ao passo que no sistema representativo defendido pelos jornais e pelos grupos políticos conservadores, a ordem seria inversa.

Esta construção argumentativa acompanha a esperada manutenção do sistema representativo, mas inverte a centralidade dada às instituições democráticas representativas para a soberania popular evocada junto aos acontecimentos de agosto de 1961. Sua posse teria sido uma vitória das forças populares, *verdadeiramente* democráticas, contra as forças minoritárias do retrocesso. Maioria popular e minoria retrógrada estavam sendo polarizadas sob o aspecto temporal de suas expectativas.¹⁹ Jango não pretendia perder seu vínculo político com as causas populares e suas expectativas. As forças populares, que seriam verdadeiramente democráticas, estariam posicionadas contra as minorias retrógradas. O conceito de democracia estava em disputa pelos grupos políticos neste momento. Quando se refere aos grupos que pretendem extinguir a democracia, seu discurso revela seu caráter popular:

Esses pequenos grupos, já definitivamente identificados como partidários da estagnação, continuam a insistir, no entanto, nos mesmos propósitos antinacionais e a oporem-se às manifestações populares que clamam por substanciais mudanças na estrutura da sociedade brasileira. Consideram pressões ilegítimas, as democráticas expressões de um clamor popular que se ergue e se avoluma,

¹⁹ Através da análise das mudanças radicais sucedidas na Europa do séc. XVIII, o historiador Reinhart Koselleck identifica na modernidade uma temporalização que segue novos critérios. O presente é percebido enquanto possuidor de um tempo próprio carregado de sentido, e as possibilidades e expectativas de futuro se distanciam da experiência vivida. Neste sentido, procurando de maneira análoga, pensar este momento brasileiro da forma que Koselleck propôs o *sattelzeit* europeu, as linguagens políticas brasileiras estariam sofrendo inflexões temporais em seu interior. À medida que alguns idiomas políticos orientavam-se para um horizonte de expectativas descolado do espaço de experiências vividas, outros estariam preocupados em manter próximo o horizonte de expectativas do espaço de experiência. Neste sentido, os conservadores identificarão os grupos possuidores de expectativas descoladas das experiências vividas como “radicais” e serão identificados pelos grupos à esquerda como “retrógrados”. A qualidade temporal da linguagem permite aos atores políticos do momento a utilização do tempo como ferramenta de ação política. KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

reivindicando urgentes transformações sócio-econômicas que assegurem pacificamente, a conquista de novas etapas de nosso desenvolvimento.²⁰

O desenvolvimento do Brasil deveria ser reivindicado pelas manifestações populares. As minorias que se opunham a este clamor popular *legítimo e pacífico* estariam identificadas com a estagnação e com propósitos antinacionais. Em meio a um contexto lingüístico marcado pela valorização da representação democrática ao invés da ação direta, João Goulart pregava e defendia, além da representação, a participação política na consecução dos objetivos econômicos. Buscava legitimar a estratégia política de sua base eleitoral: sindicatos, estudantes, militares de baixa patente, grupos que buscavam maior participação nos rumos da política nacional. As minorias referidas em sua fala poderiam ser minorias à direita, ou à esquerda, desde que, desejosas do fim do regime. Segundo o presidente, estas minorias que “aspiram ou supõem possível escravizar esta nação”,²¹ devem convencer-se “de que não há futuro para os que tramam a extinção do regime democrático, não há futuro para os que pensam exercer a tutela deste povo livre e consciente”.²² As forças populares estariam agora, em oposição às minorias que pretendiam acabar com o regime democrático. O futuro não pertenceria aos que pretendiam subjugar o país ou interromper o processo de sua emancipação, nem “de sua transformação em busca do bem-estar econômico e social a que aspiramos”.²³ O discurso de Jango condena aqueles que conspiravam contra a democracia e contra o povo consciente, estejam os conspiradores à direita ou à esquerda. Com o isolamento do CGT, seu aliado durante todo o governo, cabia ao presidente legitimar as reivindicações populares sem vinculá-las ao CGT ou à UNE. Declarando sua plataforma popular, Jango afirma que:

Quem não tem motivos para temer o povo, não se amedronta quando este comparece às praças para reivindicar o atendimento dos seus direitos e a pacífica transformação da sociedade brasileira. Esse comparecimento há de ser visto em verdade como expressão do diálogo necessário entre governantes e governados.²⁴

Nesta passagem, a concepção democrática revela-se fiadora do diálogo entre governantes e governados em praça pública. E este diálogo verificar-se-ia, em

²⁰ *Correio da Manhã*, 7 de setembro de 1963, p. 1.

²¹ *Ibid.*

²² *Ibid.*

²³ *Ibid.*

²⁴ *Ibid.*

verdade, na participação política. Participação vista para além dos pleitos: “Não podemos aceitar que em uma Nação democrática a opinião pública só tenha meios de se expressar nos dias marcados dos prélios eleitorais”.²⁵ Neste diálogo, exigência da democracia, estaria sua virtude, pois seria aquela que permitiria a realização viva da democracia e de seus fins, pacificamente. Tentando se afastar das possíveis vinculações aos propósitos revolucionários, Jango reafirmava que este diálogo apenas demonstrava o desejo do povo de conquistar pacificamente seu bem estar. Seus atos de fala orientaram-se para uma ampliação da participação democrática, desejo dos grupos à esquerda que o apoiavam. Apesar das tentativas, as relações entre o governo e o CGT continuaram a ser questionadas pelos grupos conservadores e sua postura “vacilante” foi duramente criticada nos jornais.

Diante das crescentes acusações da omissão frente ao movimento sindical e os perigos que tal postura trazia ao país, bem como a caracterização deste grupo como sendo a parte ilegal do governo, Jango verá questionada sua forma de articulação política. O esgotamento das possibilidades de Jango “jogar” com os diversos grupos políticos dos mais diversos matizes políticos e ideológicos a fim de obter resultados se anunciava neste momento.²⁶ Em editorial do *Jornal do Brasil* intitulado *O Fim da Bruxaria*, o conceito de “conciliação” recebe atenção especial. Ainda dentro da lógica autoritária do discurso que considera a solução dos problemas políticos através de um “consenso valorativo”,²⁷ acusam o presidente de exercer uma *falsa* conciliação, pois, baseada na bruxaria.²⁸ Pedem o fim desta bruxaria e a implementação de uma política de conciliação que desse conta de trazer paz e harmonia ao país. O presidente, a fim de não perder sua

²⁵ *Correio da Manhã*, 7 de setembro de 1963, p. 1.

²⁶ Segundo Daniel Aarão Reis, a ampliação da mobilização que alcançou “trabalhadores urbanos e rurais, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das Forças Armadas, configurou uma redefinição do projeto nacional-estatista, que passaria a incorporar uma ampla – e inédita – participação popular. Talvez exatamente por causa disso, mudaram o tom e o sentido do discurso: ao contrário de uma certa tradição conciliatória, típica do estilo de Getúlio Vargas, os obstáculos deveriam agora ser removidos, e não evitados, e os alvos, batidos, e não contornados”. REIS, D. A. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 23.

²⁷ A partir da subalternidade da política em detrimento da moral, o conflito político seria marcado por seu caráter nocivo ao corpo social. Desta feita, para que o conflito não trouxesse problemas seria necessário firmar um consenso pautado em princípios e valores morais. Dentro deste esquema, os posicionamentos eram passíveis de serem taxados de *verdadeiros* ou *falsos* a partir de referências político-ideológicas. O julgamento moral e a oposição assimétrica e antitética fundem-se e se tornam armas para o jogo político.

²⁸ Sobre a imagem de Jango como um grande manipulador e indigno de confiança através das caricaturas, ver. MOTTA, R. P. S. *Jango e Golpe de 1964 na Caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

influência sindical estaria, contemporizando, balançando e vacilando. Segundo o editorial, o governo:

Se divide entre Governo civil e Governo militar, cabendo ao último a ingrata tarefa de repor as coisas nos seus devidos lugares. Não admitimos mais contemporizações com o Comando-Geral de Trabalhadores. O País exige o fechamento imediato desse corpo espúrio que quer nos precipitar a ditadura, passando antes pela anarquia.²⁹

Falando em nome do país o jornal exige o fechamento do CGT, um “corpo espúrio” que estaria agindo para levar o país à anarquia e à ditadura. Não seriam mais admitidas as contemporizações com os “agitadores” que estariam envolvendo os trabalhadores *pacíficos* na desordem e deixando-os desprotegidos. Note-se que como par conceitual assimétrico de *agitadores*, havia os trabalhadores *pacíficos*. Estes trabalhadores estariam sendo *envolvidos* pelo CGT. A ação desordenadora viria dos sindicalistas e não dos trabalhadores, estes seriam, antes de tudo, *pacíficos* e ordeiros e, portanto, vítimas da agitação. As greves políticas organizadas pelo CGT impediam os *verdadeiros* trabalhadores de exercer seu direito de trabalhar pacificamente. Atribuindo ao presidente as características de um bruxo, que manipula ingredientes visando o mal, o *Jornal do Brasil* critica a postura de Jango em relação ao CGT e aos comunistas. Por diversas vezes os jornais manifestaram sua indignação em relação a estes órgãos e pedem seu fechamento. Já que o IBAD estava sob suspeita e ameaçado de fechamento por intervir indevidamente na política, os sindicatos e a UNE deveriam sofrer as mesmas penas.

Ao assumir a presidência na crise de 1961, Jango proferiu um discurso pautado nos valores ideais cobrados pelos jornais e seguiu uma política de “unidade nacional” no regime parlamentarista. Esta postura, diga-se de passagem, esperada pelas forças conservadoras que apoiaram sua posse, faria dele um político capaz de exercer uma liderança sindical moderada e de encaminhar, com tranquilidade, “a lenta e inevitável ascensão política das massas trabalhadoras”.³⁰ Mas o presidente, neste momento, “ao relativizar a bruxaria da conciliação e do amortecimento, e seguir a política do antagonismo de classes”,³¹ mostrava-se

²⁹ *Jornal do Brasil*, 5 de setembro de 1963, p. 6.

³⁰ *Ibid.*

³¹ *Ibid.*

incapaz de exercer tal liderança moderada e encaminhar o processo de ascensão das massas com “tranqüilidade”. *Ascensão* – neste caso, das massas – é um conceito de forte significado religioso. Neste sentido, seu uso pelo jornal reitera o argumento da maneira pela qual a religião católica foi apropriada à experiência política brasileira, com forte apelo à representação e afastada de uma ação política direta. Este processo deveria orientar-se pela passividade, e, dada sua inevitabilidade, deveria ser *encaminhado* com “tranqüilidade”.

Os jornais alertavam Goulart que, caso mantivesse frente ao sindicalismo a crescente relação de omissão, consciente ou inconsciente, o governo estaria caminhando para sua ilegalidade. As cobranças de fechamento do CGT sob o argumento de sua ilegalidade foram fortalecidas após o fechamento do IBAD e da ADEP, acusados de interferência no processo político eleitoral. A forma de atuação política escolhida pelo CGT e pelos movimentos de esquerda foi a radicalização da participação na política. As greves políticas, as ameaças de greves gerais, as pressões sobre o Congresso, causavam nos jornais a reação a estas reivindicações, que também eram vistas sob a ótica da interferência no processo político. A atitude política esperada do presidente deveria pautar-se por um julgamento moral, e, ao não executar a atitude esperada, estaria omitindo-se e desviando-se dos caminhos democráticos. Segundo o *Jornal do Brasil*, não possuindo existência legal, o CGT, caracterizava-se como “parcela ilegal do governo”, que lhe pagava as contas e o recebia em Palácio Presidencial a serviço da subversão³², e o manipulava “nos porões não reconhecidos pelo regime constitucional”.³³

Política é uma atividade à margem do sindicalismo e a política sindical se faz nos organismos partidários legítimos, como na Inglaterra e nos Estados Unidos. Os sindicatos, como sindicatos, não podem e não devem ter posições políticas e atuações políticas, sob pena de sacrificar o grande ativo que lhes cabe assegurar e acrescentar. O ativo da luta pela maior participação na renda nacional, o ativo da educação, da assistência, da ajuda contra o desemprego.³⁴

A função dos sindicatos no regime democrático estaria assim esclarecida. Sua atuação na Política seria um mal ao regime democrático, pois, sendo a participação política dos trabalhadores um vício dentro do sistema representativo,

³² *Jornal de Brasil*, 7 de setembro de 1963, p. 6.

³³ *Ibid.*

³⁴ *Ibid.*

a politização dos sindicatos levaria o regime democrático à corrupção e a sua extinção. Os sindicatos não podiam *e não deveriam* ter posições políticas nem atuação política. Assim como os militares possuíam sua função de guardiães da ordem democrática e os políticos a função de representantes legítimos, aos sindicatos caberia o ativo da luta pela maior participação na renda nacional e da assistência. Seria através de reivindicações de cunho econômico, e não políticas, que os sindicatos deveriam atuar. O “ativo” que deveria orientar a luta dos sindicatos seria o econômico, e através dele assegurariam a assistência que se lhes orientava. Educação, saúde, emprego, estariam vinculados à carência e à necessidade da população e dos trabalhadores. Deveriam permanecer passivos politicamente para que a eficácia econômica agisse. “Esse ativo fica comprometido na medida em que o movimento se politiza e se coloca a reboque de um caudilho ou a serviço de um partido político como o comunista”.³⁵

Estando os sindicatos a serviço de um caudilho ou do Partido Comunista, estariam ambos imersos na ilegalidade, seja pela relação com um caudilho – figura autoritária, demagógica, populista e manipuladora – seja pela relação com um Partido ilegal e, portanto, não pertencente ao núcleo político democrático. Além disto, o objetivo destinado aos trabalhadores ficaria comprometido diante dos desvios causados pela postura político-ideológica. Ainda que o argumento da não participação dos sindicatos na Política estivesse orientado por aspectos *políticos* de uma teoria democrática que via na participação da sociedade um mal, este mal estaria partindo de um pressuposto moral, de premissas ideais. Além de conceberem um caminho único rumo ao futuro do país, o caminho proposto pelos grupos à esquerda seria naturalmente perverso e corruptor da democracia, pois baseado no ódio, na luta de classes e na agitação. Este caminho democrático proposto nos jornais, que pode ser entendido por seu caráter histórico-filosófico, teria seu progresso vinculado diretamente ao pretense retrocesso do inimigo.³⁶

Mais uma vez, em nome do país, o *Jornal do Brasil*, exige o fim “de uma política de conciliação de classes que não chega a ser política, porque é antes bruxaria de conciliação exercitada por um mágico esgotado em mágicas”.³⁷ E

³⁵ *Jornal de Brasil*, 7 de setembro de 1963, p. 6.

³⁶ KOSELLECK, R. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 1999, p. 10.

³⁷ *Jornal do Brasil*, 5 de setembro de 1963 p. 6.

conclui: “a bruxaria era conciliatória e a política de conflito de classes”.³⁸ Ainda que Jango estivesse exercendo a conciliação, o fazia de maneira amoral – e imoral –, tal qual um bruxo; no campo da política estava imprimindo uma ação desordenadora, que estimulava o conflito de classes e conseqüentemente ao fim do regime democrático, afastando a Nação de seu destino. Para que esta conciliação fosse efetivamente *política*, segue o jornal, o salário dos trabalhadores deveria estar assegurado com a estabilidade monetária, os sindicatos – apolíticos e eficientes – deveriam ser instâncias legítimas de barganha para o aumento da participação dos trabalhadores *na renda nacional*; o nível de emprego controlado de acordo com o desenvolvimento e justiça social. Para que a conciliação fosse efetivamente *política*, portanto, os sindicatos não deveriam conter aspectos político-ideológicos, e deveriam manter sua ação apenas nas questões econômicas.

Ainda segundo o *Jornal do Brasil*, Goulart teria diante de si um quadrimestre para inverter as tendências dominantes e reabrir as veredas da “esperança e da confiança”.³⁹ Dando um ultimato a Jango, o jornal afirma que um quadrimestre é suficiente, e, caso não haja uma mudança no quadro “não será possível esperar mais do governo sem fazer apelo final ao instinto de conservação nacional, que a tudo deve sobrepor-se”.⁴⁰ Aguardar além desse prazo “poderá ser até criminoso porque a reação protelada e ação retardada equivalerão a entregar o Brasil, definitivamente, aos males que o assolam hoje”.⁴¹ Para manter o regime havia a necessidade de um governo democrático e eficiente, diferente do “desgoverno” exercido por João Goulart.

Em setembro de 1963, o *Jornal do Brasil* explicitava sua intenção em apoiar uma possível intervenção no governo caso Jango não mudasse seu rumo político. Esta intervenção seria perpetrada em nome do *instinto de conservação nacional*, “que a tudo deve sobrepor-se”. Igualmente, o PSD estava “de sobreaviso, desde ontem, para o perigo de um agravamento irremediável da situação do País até o fim do ano, por omissão ou ação do Presidente da República”.⁴² Verifica-se neste caso, que, se as instituições democráticas perdem sua função de neutralizar

³⁸ *Jornal do Brasil*, 5 de setembro de 1963 p. 6.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ *Ibid.*

⁴² *Jornal do Brasil*, 4 de setembro, p. 6.

conflitos – e o conflito estava deflagrado entre democratas e comunistas com consentimento do Executivo – admite-se, em caso de necessidade, a intervenção e o questionamento de sua soberania. O governo deixa de ser legal e passa a ser ilegal. Esta maneira de enxergar o problema, em seu aporte teórico, daria conta de politizar a intervenção, mas o aspecto político continuava confinado ao julgamento moral. A intervenção serviria, sobretudo, para garantir *uma* ordem política incumbida de impedir que os “extremistas” intervissem na Política e necessariamente acabassem com o regime.

Os sindicatos deveriam reivindicar apenas melhorias materiais de classe e a participação dos trabalhadores deveria ser orientada rumo à renda nacional e não em direção ao regime democrático. No regime democrático, os trabalhadores deveriam ser encaminhados tranquilamente rumo a sua *ascensão*. Entre os discursos que atravessavam a crise do governo de João Goulart, o econômico possuía uma posição privilegiada. Os aspectos econômicos representavam as possibilidades principais de redenção ao subdesenvolvimento nacional. A consolidação da democracia no Brasil passava obrigatoriamente pela atenuação da influência do poder econômico, ou seja, para que o povo – sobretudo o rural – pudesse votar sem sofrer pressões, deveria gozar de estabilidade material. Esta maneira de encaminhar o debate transmite, implícita ou subliminarmente, a convicção de que a sociedade é ativa economicamente, e deve permanecer passiva politicamente.⁴³ Assim se chegaria ao estado de conciliação de classes *de verdade*.

No liberalismo político, o princípio da neutralidade das instituições, segundo John Rawls, é o horizonte de construção da ordem em sociedades complexas e plurais, uma vez que a justiça procedimental antecede qualquer concepção de bem.⁴⁴ Contudo, com base no princípio da neutralidade não é possível a construção de uma concepção pura de justiça, visto que a justiça está diretamente relacionada ao valor moral das finalidades para as quais são dirigidos. A neutralidade, em seu princípio, está também vinculada a valores e concepções morais. Através do consenso liberal estaria se buscando construir uma unidade lingüística em torno de conceitos como os de democracia, de ordem, de justiça, por exemplo. A justiça social, portanto, enquanto um bem aplicável apenas através do desenvolvimento econômico seria incompatível com o conflito político.

⁴³ RIBEIRO, R. J. *A Sociedade Contra o Social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 23.

⁴⁴ RAWLS, J. *Liberalismo Político*. São Paulo: Ed. Ática, 2000, p. 223.

O conflito político ideológico suscitaria a imprecisão na compreensão dos “verdadeiros” conceitos. Com a politização dos sindicatos, portanto:

Tudo mais é sacrificado aos interesses da luta política do dia com suas vacilações e conveniências instáveis. E o resultado é que o sindicalismo político impede que se realize, democraticamente, a luta pelo desenvolvimento com justiça social. A justiça social passa a ser imolada ao interesse político.⁴⁵

A luta política, em sua instabilidade, comprometeria a luta pelo desenvolvimento com justiça social de maneira democrática. O interesse político, “habilidoso” e ideológico, influenciaria na *correta* compreensão da justiça social, que sendo um valor moral, não poderia estar sacrificada aos interesses da luta política do cotidiano. À justiça social – produto direto do desenvolvimento econômico – caberia minorar as diferenças econômicas e sociais e manter a paz social; à política caberia assegurar, com *isenção* e *desapego*, o curso da ordem e do progresso. O desenvolvimento econômico e a conseqüente diminuição das desigualdades apresentam-se como a ação saneadora da carência. A economia era eficiente e capaz de tornar a população carente parcela integrante do progresso nacional. Neste sentido, a economia seria agregadora e a política desagregadora. Não raro, aqueles que vinculavam suas ações políticas ao atendimento destas demandas populares da ordem da necessidade e da carência, eram taxados de populistas e demagogos. A política, com seus “interesses, suas vacilações e conveniências instáveis”, levaria ao sacrifício da justiça pelo interesse político, afastando a população do bem comum e lançando-a no conflito fratricida. Era comum na imprensa a preocupação de que as pregações revolucionárias dos “agitadores” se tornassem suscetíveis à população pondo fim à paz social. Daí a necessidade de agir na direção de amenizar as diferenças econômicas, sociais e políticas e de conter a politização destas desigualdades. Ainda que o povo brasileiro estivesse “se politizando rapidamente aos saltos, e já [possuísse] mais ou menos delineada **a solução certa** para seus problemas”,⁴⁶ as reformas de base deveriam ser implementadas com o intuito de aumentar a confiança na democracia e diminuir as diferenças, caso contrário,

⁴⁵ *Jornal do Brasil*, 7 de setembro de 1963, p. 6.

⁴⁶ *Tribuna da Imprensa*, 2 de setembro de 1963, p. 1. Grifos meus.

O povo brasileiro continuará suportando o peso duplo da miséria e da exploração da miséria: os sofrimentos, as privações, as dificuldades de vida e, além disso, o risco da perturbação da ordem e da tranquilidade pública pela audácia dos aventureiros de todos os matizes com sua pregação revolucionária ou só aparentemente revolucionária.⁴⁷

Os sindicatos deveriam ser, portanto, “instâncias legítimas de barganha para o aumento da participação dos trabalhadores na renda nacional”.⁴⁸ Órgãos apolíticos e eficientes. Devendo executar sua *ação* econômica e sua *passividade* política. Diante desta argumentação, o *Jornal do Brasil*, justificava seu pedido de fechamento do CGT como uma atitude em defesa do regime democrático representativo.

Ao pedirmos e exigirmos o fechamento do CGT, estamos tentando defender a classe trabalhadora e tentando salvar o Presidente da República do perigo que corre, insistindo em manter abaixo da linha da água legal uma parcela ilegal de governo. O governo só pode ser inteiramente legal.⁴⁹

A salvação da classe trabalhadora seria feita através da ação econômica empregada na realização da justiça social, e a salvação do presidente da República estaria no afastamento dos perigos vinculados ao vício da participação dos sindicatos na política. Desta feita, o fim do CGT estava anunciado, pois, seria o momento de inaugurar no Brasil um sindicalismo democrático, “apolítico, sem pelegos palacianos ou moscovitas. Sindicalismo puro e simples, corpo intermediário a serviço da Justiça Social dentro do regime democrático”.⁵⁰ As crescentes greves políticas e o fortalecimento do CGT estariam desmoralizando o governo, que sem autoridade democrática, necessitava, nas palavras do *Jornal do Brasil*, de uma “política de governo”.⁵¹ O aspecto político, na “política de governo”, estaria vinculado a uma atitude específica, pôr fim ao conflito político e assegurar o desenvolvimento e a paz social, reforçando o caráter dualista da avaliação política dos jornais.

⁴⁷ *Correio da Manhã*, 15 de setembro de 1963, p. 1.

⁴⁸ *Jornal do Brasil*, 5 de setembro de 1963, p. 6.

⁴⁹ *Jornal do Brasil*, 7 de setembro de 1963, p. 6.

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ *Ibid.*

2.2

A Revolta dos Sargentos

Acompanhando o avanço das reivindicações por uma democracia mais “substantiva”,⁵² uma parcela dos sargentos e suboficiais aguardava a decisão da Justiça sobre sua elegibilidade. Muitos haviam concorrido e sido eleitos em outubro de 1962, apesar de a constituição proibi-los de votar ou de concorrer a postos eletivos. Esta espera alimentava uma aproximação com reivindicações de outros grupos políticos que também desejavam um alargamento democrático. Esta aproximação entre militares de baixa patente e grupos sindicais e de esquerda colocou os oficiais militares em alerta. Pois, além de aumentar o coro das reivindicações “radicais” do CGT, isto representava um avanço da *inquietação* dentro das Forças Armadas. À medida que havia esta aproximação entre sindicatos e militares de baixa patente os Chefes militares tornavam-se mais intolerantes e temerosos das ações sindicais.

Os sargentos e suboficiais rebelaram-se ao terem negado seu pedido de elegibilidade. Seiscentos e cinquenta sargentos invadiram edifícios dos ministérios em Brasília, prenderam o presidente em exercício da Câmara dos Deputados e um Ministro do Supremo Tribunal. A Frente Parlamentar Nacionalista e o CGT apoiaram os sargentos e houve ameaça de greve geral em solidariedade aos militares de baixa patente. Esta solidariedade foi interpretada pelos jornais analisados como uma afronta aos Poderes da República e à democracia, pois forçaria uma intervenção enérgica das Forças Armadas ao invés de uma solução democrática. Os sindicalistas, que estariam agindo contra o Brasil e sendo solidários aos sargentos estariam, portanto, “favorecendo conscientemente o desencadeamento de reações em cadeia, no plano político-militar, absolutamente indesejáveis, porque o País quer a ordem dentro da normalidade democrática e sem qualquer excepcionalidade”.⁵³ A menos em caso de exceção, a manutenção do regime deveria se processar dentro da normalidade.

O presidente da República, segundo o *Jornal do Brasil*, estaria passando pela prova de seu comando sobre os sindicalistas, que fora contestado na greve

⁵² GUIMARÃES, C. Vargas e Kubitschek: A longa distancia entre a Petrobrás e Brasília. In: CARVALHO, M. A. R. de; LESSA, R. República no Catete. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 168.

⁵³ *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1963, p. 6.

geral de Santos. Esta seria sua oportunidade de demonstrar suas habilidades persuasivas. Exaltando as “públicas e notórias, as íntimas ligações do Senhor João Goulart com a chefia sindical dos marítimos”,⁵⁴ não poderia o presidente, uma vez empenhado, falhar. Novamente, ante um problema político, o impasse dos grupos solidários aos sargentos em prol do alargamento democrático, as qualidades pessoais de Jango, poder persuasivo e seu empenho, seriam suficientes para evitar uma falha. Caso a greve fosse deflagrada, apesar das gestões oficiais, “não [restaria] alternativa ao País e às suas Forças Armadas – senão aceitar a prova de força para romper o círculo de ferro convertido em ditadura sindical”.⁵⁵ O jornal termina por alertar aos chefes sindicais que o desfecho desta prova de força, ainda que danoso, será a vitória da “da ordem democrática sobre a imposição sindicalista divorciada do País e dos interesses dos próprios trabalhadores brasileiros”.⁵⁶

Este era um ambiente de crescente frustração dos grupos à esquerda do espectro político. Depois da intervenção na greve de Santos, revelando a intolerância dos militares frente às greves, e o discurso em tom de “conciliação” de Goulart no dia da independência, aumentaram as incertezas do apoio do governo às reivindicações da esquerda e seu conseqüente isolamento. Logo em seguida, a imprensa afirmou que o presidente “advertiu ontem as cúpulas sindicais de que, apesar de ser sensível aos movimentos de reivindicação dos trabalhadores, está disposto a prestigiar as autoridades constituídas e acatar, sistematicamente, as decisões da Justiça do Trabalho”.⁵⁷ Junto com a crise, aumentavam as representações negativas do CGT e grupos de esquerda que apostavam nas greves e manifestações de rua como arma política. Indo de encontro ao sistema representativo, estariam cometendo uma ilegalidade e subvertendo a ordem, além de estarem “arrastando” homens *pacíficos* para seus propósitos “revolucionários” e “antidemocráticos”. Os reais culpados pela Revolta dos Sargentos seriam, segundo os jornais, os comunistas e agitadores.

O desfecho desta rebelião ratificou a disposição dos líderes militares em não tolerar greves políticas desafiantes da “ordem” e, portanto, ilegais. Revelou também que Goulart estava cada vez mais pressionado a não se omitir em relação

⁵⁴ *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1963, p. 6.

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 12 de setembro de 1963, p. 6.

às greves. Segundo o *Diário de Notícias*, “na realidade, o que se está vendo é a formação imediata de correntes de opinião as mais respeitáveis e representativas para verberar a inaudita aventura de Brasília e reclamar dos altos poderes da República a pronta e justa punição dos responsáveis”.⁵⁸

Goulart, que estava no sul do Brasil, apoiou o ministro da Guerra e voou imediatamente para Brasília. Na capital federal o presidente afirmou que “o governo será sempre inflexível na manutenção da ordem e na preservação das instituições, respeitando e fazendo respeitar as decisões dos Poderes da República”.⁵⁹ A partir da revolta em Brasília os jornais advertem sobre o perigo de este momento possibilitar rupturas institucionais e até a revolução. Com as lideranças militares pressionando o governo para o pedido de estado de sítio, o presidente insistia em tranquilizar a opinião pública assegurando que não se valeria de tal medida. O jornal, *Tribuna da Imprensa*, ligava diretamente o presidente aos acontecimentos em Brasília. O acusava de insuflar os sargentos. Ainda dentro da representação de Jango como um bruxo, ou feiticeiro, o jornal cobra que se apurem as causas e responsabilizem-se os culpados, sejam eles quais forem, pois,

Não é possível que só os participantes dessa verdadeira revolta dos anjos, que foi o movimento dos sargentos, sofram as conseqüências. É preciso apurar, com severidade, quem é que está do outro lado da corda. O feitiço parece que virou contra o feiticeiro. Mas o que o país todo quer saber é o nome desses feiticeiros que usam a desordem, a demagogia e a ilegalidade para “enfeitar” as massas. Chegou a hora do exorcismo. E vai haver muito diabo conhecido, correndo com mais medo da farda verde-oliva do que propriamente da cruz. É só esperar.⁶⁰

Era comum a crença na passividade das massas e do papel desordenador dos “agitadores comunistas”. A população brasileira seria tradicionalmente pacífica e ordeira. No entanto, diante da omissão e da conivência frente a estes “agitadores”, João Goulart tornava-se culpado por “enfeitar” demagogicamente as massas. A população era considerada como *Público* frente ao *Palco* dos acontecimentos políticos.⁶¹ Enfeitados pela demagogia do presidente e pela ilegalidade dos

⁵⁸ *Diário de Notícias*, 14 de setembro de 1963, p. 4.

⁵⁹ *Jornal do Brasil*, 13 de setembro de 1963, p. 6.

⁶⁰ *Tribuna da Imprensa*, 13 de setembro de 1963, p. 1.

⁶¹ Renato Janine Ribeiro identifica duas concepções de *público* que se entrecrocaram na política moderna. A primeira idéia se opõe a “privado”, tendo como sinônimo bem comum. Isto não significa que esta idéia esteja totalmente ligada à “estatal”. O segundo sentido, que a esta

comunistas, os sargentos não deveriam sofrer as penas sozinhos. Mas o presidente, que não pretendia perder o então precário apoio das esquerdas, tentou dar um alento aos sargentos considerando, junto ao Congresso, a importância da solução sobre o problema da inelegibilidade deste grupo. Por esta atitude sofreu fortes ataques dos jornais, que consideravam o momento inoportuno para que se discutisse tal assunto. O Brasil não teria condições de “serenidade” para apreciar tal problema e “para encontrar uma fórmula capaz de evitar o contágio dos quartéis pela epidemia da política”.⁶²

Neste sentido, o *Correio da Manhã* defendia o desenvolvimento econômico como forma de manter os quartéis livres da inquietação social e econômica. Pois, as Forças Armadas, que seriam incumbidas de garantir a segurança nacional, não deveriam ficar expostas às oscilações da política partidária, e seria necessário pô-los a salvo da inflação. Seria necessário torná-los imunes aos “germes que crescem no caldo da atual frustração do desenvolvimento”.⁶³ Segundo este jornal, as instituições demonstram estabilidade, mas a democracia brasileira teria muito mais dificuldades para resistir ao caos econômico. Este seria o motivo das greves anunciadas. “Seria um grande erro interpretá-las como consequência ou até o prolongamento do episódico levante de sargentos”.⁶⁴ A crise militar deveria ser resolvida com rigor, embora sem excessos. Mas a verdadeira saída seria a solução da crise financeira e econômica. Esta postura do jornal atenuava o caráter político das reivindicações dos grupos de esquerda, demonstrava sua ineficácia frente aos “reais” problemas e, indicava que o caminho a ser seguido pelo governo deveria ser o da eficácia e da ordenação econômica. Mais uma vez Jango mantinha-se entre as cobranças por um posicionamento dentro do espectro político. Os jornais

referência interessa, opõe-se a “palco”, tendo como sinônimo “platéia”. A partir desta idéia, de sentido teatral, o público possui menos valor que o palco. No primeiro sentido, para além da conceituação e do poder dado pelo sistema capitalista à esfera privada, o público deve valer mais que o privado. Seguindo em sua análise, refere o segundo sentido à cultura política do absolutismo que reduz a participação da sociedade na coisa pública ao papel de público passivo, espectador ao qual se nega a ação. Observando-se a “teatralização” da política neste momento, acredito ser possível a referência ao baixo valor das medidas de caráter público – opostas a privado – e a valorização das ações voluntaristas e individuais. Esquecendo o público pelo *publicitário*, era comum nas páginas de alguns jornais, como por exemplo, a *Tribuna da Imprensa* e *O Globo*, o noticiário ganhar contornos teatrais e sensacionalistas, orientados para fins privados. RIBEIRO, R. J. *A Sociedade Contra o Social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 101-104.

⁶² *Correio da Manhã*, 18 de setembro de 1963, p. 1.

⁶³ *Ibid.*

⁶⁴ *Correio da manha*, 19 de setembro de 1963, p. 1.

mantinham as cobranças pelo afastamento de Goulart da parcela “ilegal” do governo:

Se os deploráveis acontecimentos desta semana em Brasília não forem já não dissemos o divisor de águas, o marco além do qual se muda de rumo, mas, muito mais simplesmente, a gota de água que faz transbordar o copo, então nada mais nos restará de lei, de ordem e de autoridade, e entraremos numa noite negra. Depois da qual estamos certos virá a aurora, mas à custa de sacrifícios angústias e cataclismos que podem e devem ser evitados, até porque estamos mais certos ainda que não será uma aurora vermelha.⁶⁵

O *Jornal do Brasil*, já em setembro de 1963 pedia um “Basta!”. Para este jornal, não considerar a gravidade desta revolta contra a decisão de um dos Poderes da República, é tornar-se conivente com os “sublevados”. Seria tentar descaracterizar o sentido da revolta e suas conseqüências. Seria pretender, pelo abrandamento, “impedir a correção definitiva de um curso político antinacional, para continuar a segui-lo, como bem o demonstra a solidariedade da Frente Parlamentar Nacionalista aos sublevados”.⁶⁶ Desta forma, o país seria levado não apenas a uma revolta, mas a uma Revolução. Defendia também que era chegada a hora de cobrar do governo o fim da manutenção de duas políticas em seu interior: “uma legal, sem eficiência e resultado administrativo democrático, e outra ilegal, visivelmente subversiva, montada nesse apêndice ilegal do governo, chamado Comando Geral dos Trabalhadores”.⁶⁷ Este é o aspecto central que envolve esta crise. A decisão a ser tomada está posta entre governar na legalidade afastando-se das esquerdas subversivas, ou manter-se rumo à ilegalidade dos sindicatos e dos agitadores afastando-se do centro político. Neste *Basta*, deveriam estar presentes, organizadas, as Forças Armadas *democráticas* brasileiras com armas. A coexistência destas duas políticas estaria levando um governo empossado em nome da legalidade, para a ilegalidade. E na ilegalidade já estivera quando, “por complacência ou estímulo, por irresponsabilidade ou por cálculo”,⁶⁸ prestigiou os movimentos “subversivos” da classe trabalhadora, com discursos e sua presença.

O *Correio da Manhã*, diante destes acontecimentos, afirmava que a democracia brasileira era forte e nada poderia derrubá-la. Mantinham-se na lista dos que acreditavam que os problemas políticos pelos quais o país atravessava

⁶⁵ *O Globo*, 14 de setembro de 1963, p. 1.

⁶⁶ *Jornal do Brasil*, 13 de setembro de 1963, p. 6.

⁶⁷ *Ibid.*

⁶⁸ *Ibid.*

seriam sanados através de medidas de ordem econômica. Segundo o jornal, “a ordem deve ser mantida a todo custo. Mas a supressão da pregação revolucionária pela força física não é solução definitiva”.⁶⁹ As reformas estruturais, processadas “dentro da ordem democrática” selariam a paz social e a tranqüilidade. O editorial termina citando a advertência feita pelo presidente norte americano John Kennedy à América Latina: “de que só tem hoje uma opção: a reforma ou a revolução”.⁷⁰ Mais uma vez, os caminhos possíveis a serem seguidos pelo governo estariam divididos entre um *bom* e outro *mau*. Entre um legal e eficaz, e outro ilegal e subversivo. Já não era mais possível para o presidente seguir sem uma definição sobre os sindicatos e sua estratégia.

Ainda que os jornais anunciassem que caso o clima de reivindicações das esquerdas continuasse, recorreriam a uma intervenção das Forças Armadas, criticaram a possibilidade do pedido de estado de sítio. Para os jornais, Jango já dispunha de poderes ordinários. O presidente não precisaria de poderes extraordinários para acabar com a “inquietação”. O jornal *Correio da Manhã* reiterou que o estado de sítio não deveria ser pedido em hipótese alguma, pois, os problemas de indisciplina militar deveriam, e poderiam ser resolvidos pelos Chefes das três armas. No setor civil, tampouco se deveria recorrer a medidas de exceção nem ceder aos “alarmistas” e “boateiros”. Pois “a suspensão dos direitos políticos ou civis ou a restrição dos direitos trabalhistas e sindicais não contribuiriam nada para devolver a tranqüilidade ao país”.⁷¹ Ao contrário, só “chegariam a intensificar o clima de revolta acumulando matéria explosiva para a próxima crise”.⁷² Desde o início do mês de setembro, nos jornais, havia a preocupação de Jango enveredar-se rumo a manobras a fim de permanecer no cargo de presidente da República. Em função de sua proposta ao Congresso para votar a emenda constitucional sobre a elegibilidade dos sargentos, o *Jornal do Brasil* declara que:

Para um bom entendedor, poucas palavras bastam. E é impossível deixar de estranhar o súbito e inoportuno interesse presidencial em reformar a constituição em capítulo tão delicado, pois o próprio Presidente é acusado de empenhar-se em causa própria, pela reforma do capítulo das inelegibilidades. Súbito e inoportuno

⁶⁹ *Correio da Manhã*, 15 de setembro de 1963, p. 1.

⁷⁰ *Ibid.*

⁷¹ *Correio da Manhã*, 20 de setembro de 1963, p. 1.

⁷² *Ibid.*

interesse este sobre tema desinteressado há tanto tempo, oficialmente pelo Presidente, sabido que é estar a emenda constitucional dos graduados em longa tramitação no Congresso.⁷³

Esta postura do presidente lhe causou a acusação de estar agindo em direção à oficialização da sublevação de Brasília, e de estar lançando um ultimato ao Congresso. Neste ultimato haveria duas escolhas a serem feitas: guerra civil ou golpe. Acreditava o jornal que Jango estaria forçando o Congresso a votar a emenda na Constituição sob a ameaça de, caso não fosse votada, aumentarem as sublevações. Ainda segundo o *Jornal do Brasil*, o governo estaria propondo, neste ultimato, sua política de reformas da Constituição. Acusavam o presidente de uma invasão de atribuições, pois, “em lugar de dedicar-se ao governo, dedica-se ao trabalho constituinte”.⁷⁴ Além disso, o jornal afirma que o presidente da República “desafia o Congresso oferecendo-lhe a opção nua e crua da Reforma ou Revolução, ao mesmo tempo que encaminha as reformas de maneira inepta, denunciadora de sua conveniência com a Revolução, ou a opção previa pela Revolução”.⁷⁵

Agora, o presidente, segundo os jornais, além de ser conivente com a subversão dos grupos à esquerda do espectro político, estava vinculado aos propósitos revolucionários. O interesse do presidente na questão das inelegibilidades, desta maneira, denotaria suas intenções golpistas de permanência no governo e sua omissão e conivência com os sublevados revelariam sua opção pela revolução. Ambas as opções dadas pelo ultimato seriam prejudiciais ao regime. Seja a reforma da questão da inelegibilidade que poderia levar ao golpe, seja pela guerra civil que poderia levar à revolução. Por isso, os jornais estavam anunciando que, em caso de necessidade, apoiariam uma intervenção das Forças Armadas para que fosse restabelecida a ordem. O estado de sitio possibilitaria a aquisição de poderes excepcionais ao presidente, que era suspeito. A intervenção militar, entretanto, deveria estar a cargo da democracia e do restabelecimento da ordem. As Forças Armadas em seus altos líderes estavam posicionadas acima de qualquer suspeita. Daí a preocupação dos jornais e dos chefes militares em

⁷³ *Jornal do Brasil*, 14 de setembro de 1963, p. 6.

⁷⁴ *Ibid.*

⁷⁵ *Ibid.*

extirpar os males da “epidemia política” dos quartéis. No entanto, os Ministros militares continuavam pressionando Jango para o pedido de estado sitio.

No dia 19 de setembro, o comandante do II Exército, Gen. Peri Bevilacqua, lançou uma Nota de Instrução⁷⁶ para ser lida nos quartéis sobre o problema da inelegibilidade dos sargentos. Esta nota condenava os soldados que se aliaram aos sindicalistas nas reivindicações sobre sua elegibilidade. A partir de agora um Chefe militar manifestava sua intolerância frente à ação subversiva efetiva dos militares de baixa patente, e não somente à sedução comunista e agitadora. As Forças Armadas estavam em alerta contra a invasão comunista na corporação militar. Diversos jornais e movimentos da sociedade manifestaram seu apoio ao general. Ao contrário, como não poderia ser diferente, o CGT pede sua exoneração do cargo. Mais uma vez Jango estaria dividido em meio a cobranças dos grupos à esquerda que lhe davam apoio político, e cobranças dos grupos conservadores que lhe ameaçavam “cortar sua cabeça”. Dentro do idioma político construído nos jornais, João Goulart estaria condenado a seguir as diretrizes de uma democracia representativa baseada na ordem e na tradição cristã do Brasil, ou tomar o rumo da desordem, consciente ou inconscientemente. As reivindicações dos grupos à esquerda, segundo os jornais, não poderiam ser nomeadas de reformas por seu caráter “revolucionário”. As reivindicações de uma democracia com mais participação seriam taxadas pelos jornais de tentativas de subversão da ordem e proponentes do fim do regime.

A radicalização política estaria formando grupos extremistas, à esquerda e à direita. Os jornais, portanto, apresentavam-se como enunciadores do caminho possível, do caminho do bom senso, da ordem, da democracia representativa cristã, do centro político, do qual estaria o povo brasileiro e deveriam estar as Forças Armadas. A Nota de Instrução declara que no exército “só existe uma classe una e indivisível - a classes dos militares, organizada em círculos

⁷⁶ No dia 19 de setembro de 1963, o Gen. Do II Exército Peri Bevilacqua, emite uma Nota de Instrução a fim de “reafirmar os conceitos emitidos anteriormente”. Estes conceitos, que foram afirmados em nota do dia 31 de julho de 1963, versavam sobre o problema da inelegibilidade dos sargentos frente a decisão do STF, sobre a unidade do Exército e o respeito à hierarquia e disciplina da corporação. A nota do dia 19 de setembro reitera o dever patriótico dos soldados de defender a Nação e a ilegalidade dos sindicatos e daqueles que a eles se aliarem. Afirma também o valor regime representativo e sua legitimidade no país. General Peri Bevilacqua. Nota de Instrução ao II Exército. 19 de setembro de 1963. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/25.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2010.

hierárquicos, nela se incluindo desde o simples soldado ao general”.⁷⁷ No regime democrático e nas suas instituições representativas “cabe aos partidos políticos apresentar os seus candidatos a cargos eletivos, e não a associações civis ou militares, representantes de classe”.⁷⁸ Políticos representantes de classes, no entendimento do general, constituiriam “verdadeira distorção do processo representativo democrático, onde não há representação classista.”⁷⁹ Por isso, os sindicatos e suas greves políticas foram duramente combatidos pelo gen. Peri Bevilacqua em Santos, e a reivindicação pela elegibilidade dos militares de baixa patente. A união dos sargentos e suboficiais com os sindicatos significaria uma modalidade de representação que distorceria o processo democrático, que deveria manter-se representativo.

O posicionamento rígido e intransigente frente aos sindicatos, apresentados como “inimigos da pátria e da lei” seria obrigação do soldado, que além de possuidor de uma tradição a zelar, deveria honrar o título de defensor de seu país. Estas declarações do gen. Pero Bevilacqua, que se tornaram públicas, iniciaram um debate no qual é possível compreender o papel atribuído aos militares no cenário político. Sobre a manifestação de Peri Bevilacqua, o *Jornal do Brasil* revela a opinião do ministro da guerra, gen. Jair Dantas Ribeiro.

O general Jair acha que não cabe aos chefes militares opinar sobre temas que não seriam os de sua especialidade. Reiterou que por isso, inclusive, não dá entrevistas nas quais seria quase inevitável ter que externar ou definir posições sobre assuntos de grande significação no momento nacional.⁸⁰

A opinião do militar deveria manter-se, portanto, em foro privado. Não devendo ser externada ou levada a público. Aos militares não caberia a entrada na discussão política. A manifestação das opiniões de Chefes militares levaria o cenário político ao desequilíbrio e à instabilidade, assemelhando-se à entrada dos sindicatos na política. Esta concepção corrobora com a concepção de Góes Monteiro sobre qual postura política deveria possuir o Exército, formulada na década de 1930. Seria admitida apenas a política *do* Exército, mas não a política

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ *Jornal do Brasil*, 1 de setembro de 1963, p. 6.

no Exército.⁸¹ O Gen. Jair Dantas chega a mencionar que não concede entrevistas para não ter que tornar públicas suas opiniões. No entanto, cada vez mais oficiais conservadores do exército manifestavam suas opiniões sobre o movimento sindical e mostravam seu descontentamento com os rumos políticos do país.

Seguindo na mesma direção, porém em sentido contrário, os sargentos e suboficiais buscavam seu espaço na política nacional através de sua elegibilidade. Sobre os sargentos e suboficiais, o general afirma concordar com sua elegibilidade desde que os militares eleitos retirem-se da atividade militar. Fica clara a opinião de que o soldado teria seu papel militar bem fixado no cenário político nacional não devendo “interferir” no debate político com suas opiniões ou ações políticas. Antes, os militares seriam os responsáveis pela manutenção da ordem democrática e da segurança do regime, devendo assumir, portanto, uma posição de neutralidade frente o processo político. O gen. Jair Dantas desejava controlar os trabalhadores e manter a ordem sem uma intervenção enérgica das Forças Armadas, Peri Bevilacqua, por sua vez acreditava que a intervenção se fazia necessária para extirpar os sindicatos da política.

2.3

O Pedido de Estado de Sitio: O isolamento de João Goulart

No início de outubro o polêmico governador da Guanabara, Carlos Lacerda, concede uma entrevista a um jornal norte americano, *Los Angeles Times*, na qual faz diversas acusações ao presidente João Goulart e pede deliberadamente a intervenção dos EUA na política interna brasileira. Goulart seria um caudilho que ameaçava o país com a subversão e a comunização. A investida de Lacerda forneceu a João Goulart a possibilidade de ceder aos ministros militares no pedido de estado de sitio e de quebra acenar com a possibilidade de intervenção na Guanabara e em São Paulo, governada por Adhemar de Barros. Segundo João Goulart, “Falsos defensores da ordem e agitadores ostensivos, a pretexto de reclamar a afirmação e o exercício da autoridade por parte dos poderes

⁸¹ CARVALHO, J. M. de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. Volume 9, p. 214.

constituídos da República, conspiram contra a própria nação”.⁸² Em nota, os ministros militares acusam Lacerda de agitador e conspirador. O CGT aproveitou para declarar seu apoio à nota dos militares, mas em contrapartida mostrou-se contrário ao estado de sitio, temendo por sua continuidade na vida política. Caso o estado de sitio fosse aprovado pelo Congresso, Goulart poderia utilizá-lo para uma intervenção na Guanabara e em São Paulo, governados por opositores de seu governo. Porém aos militares, esta medida serviria para intervir de maneira mais enérgica nos sindicatos e movimentos populares e na manutenção da disciplina nos quartéis.

O pedido de estado de sitio foi rechaçado de parte a parte do espectro político brasileiro. Dentro do Congresso havia uma crescente desconfiança no presidente e de sua disposição de “agir” no sentido de acabar com a agitação. Sua omissão seria a causa da crise de autoridade, e esta crise levaria ao fim do regime. Não obstante, crescia nos jornais a desconfiança pessoal ao presidente. O estado de sitio era visto como a possibilidade de um golpe de Estado tal qual ocorrido em 1937. Sem o apoio inclusive de seu partido, Jango recua e retira o pedido de sitio três dias depois de sua apresentação ao Congresso. Os militares que haviam apresentado argumentos para o sitio continuavam achando-o necessário, mas em vista da forte resistência e da suspeita de ser usado contra as liberdades do povo, os militares não mais insistiram com a medida de exceção.

A partir deste momento Jango estaria isolado no espectro político, sem o apoio da esquerda⁸³ nem da direita. Os partidos do centro tentaram uma reaproximação com o governo. O jornal *O Globo*, em editorial, apresenta o PSD como um partido acentuadamente governista. Neste editorial a valorização do centrismo político se nota com bastante clareza. Visando um reordenamento do governo ao centro do espectro político, este jornal afirma que o PSD “tem sido um elemento de equilíbrio e moderação na vida política brasileira, além de oferecer-lhe alguns dos mais capacitados e brilhantes homens públicos de nosso tempo”.⁸⁴ Mais uma vez relacionando à ordem ao patriotismo, declaram que: “atualmente a

⁸² *Correio da Manhã*, 3 de outubro de 1963, p. 1.

⁸³ Diante do pedido de estado de sitio de João Goulart, a FMP rompeu com o presidente, o ministro da Educação, Paulo de Tarso, renuncia a seu cargo. Contudo o CGT mantém seu apoio ao presidente e revela sua discordância com a FMP, pois, retirar-lhe o apoio seria “dividir a classe operária”. Desta forma, segundo Rafael Martinelli, não estaria se construindo uma unidade das forças populares. *Última Hora*, 18 de outubro de 1963, p. 8.

⁸⁴ *O Globo*, 10 de outubro de 1963, p. 1.

participação pessedista no governo deve ser entendida como um esforço para dar estabilidade ao País e evitar males maiores, como uma demonstração de patriotismo e espírito público.”⁸⁵ A aliança PTB/PSD, segundo o jornal, foi possível no passado, mas a partir da aproximação de Goulart com CGT, PUA e UNE, o PSD retirou-lhe seu apoio. Acusa o PTB e a FPN de serem intransigentes nas discussões sobre a reforma agrária. Seriam, “*as deles ou nenhuma*”.⁸⁶ Desta forma, o afastamento do PSD seria inevitável. Segundo o jornal a atual situação não poderia persistir,

Ou o presidente se afasta dos radicais, das esquerdas, do CGT, do PUA, da UNE, e adota, realmente, uma linha centrista, ou não poderá mais contar com o apoio do PSD, que desapareceria como força política se insistisse em sustentar um Governo que dá a impressão de querer ser a antítese de tudo aquilo que ele representa.⁸⁷

O governo representaria – e deveria representar – a democracia cristã representativa, de baixa participação; sem a participação política dos sindicatos ou dos estudantes; orientada pelo bom senso e pela ordem; realizada de acordo com as características do centrismo político e afastada dos extremistas. Ao aliar-se ao CGT e à UNE, estaria tornando-se radical e ilegal. O radicalismo estaria relacionado ao horizonte de expectativas descolado do espaço de experiências conhecidas e controláveis. Os radicais estariam “resvalando” o Brasil para o desconhecido.

Dá-se conta o Brasil de que esta resvalando para o desconhecido. Ainda é tempo de impedir o pior. Anime-se o Sr. João Goulart e terá a auxiliá-lo não só o PSD, mas todas as pessoas de bom-senso. Continuar assim é que é impossível.⁸⁸

Os jornais descreviam um ambiente de medo que lembrava o estado de natureza descrito por Hobbes. Segundo o *Jornal do Brasil*, as sucessivas crises no país seriam parte de um processo inexorável que,

Desgasta os corpos centrais e intermediários do poder político-social, exacerba a insegurança de todos e a desconfiança de todos em todos se generaliza, criando-se

⁸⁵ *O Globo*, 10 de outubro de 1963, p. 1.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 1.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 1.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 1.

assim o clima que predispõe o indivíduo e cada classe ou grupo social a trocar a liberdade por um mínimo de segurança.⁸⁹

Este caráter desagregador e instável das crises que o país atravessava fazia com que os jornais acusassem Jango em sua omissão. As crises deveriam ser evitadas ao máximo por seus perigos inerentes à ordem social e política. Diante das crises a segurança nacional deveria estar em primeiro lugar. A crise enquanto um momento de inquietação e instabilidade demandava uma atitude que reordenasse o curso “natural” das coisas afastando as possibilidades desconhecidas. Diante da instabilidade criada com a crise e com o medo de conspirações, os agitadores se aproveitariam desse caos e desse medo para agir.⁹⁰ O pedido de estado de sítio foi lido pelos grupos políticos opositores de Jango como um possível golpe pessoal. O presidente foi acusado de criador de crises que justificariam uma intervenção golpista. Diante da lente política dos jornais e grupos políticos conservadores, a crise seria resolvida mediante uma atitude: o afastamento do governo das esquerdas “radicais”. Após o episódio do fracasso do pedido de estado de sítio, João Goulart, que fora abandonado pelas esquerdas da FMP, é cortejado pelo PSD para que se volte ao centro político. As reformas de base deveriam ser votadas dentro do núcleo político que possibilitaria um consenso orientado pelos valores ideais, junto aos grupos políticos dotados de *bom senso* e dentro da lei.

Segundo o Ministro da Guerra, as reformas seriam inadiáveis por conta das reivindicações da “maioria esmagadora do povo”. O ministro acreditava, entretanto, que o *modus faciendi* deveria ser encontrado “pelos poderes competentes”. Em um cenário político marcado pela crença na possibilidade de se chegar a um consenso que por sua vez se sobrepunha a quaisquer diferenças político ideológicas, a definição dos rumos que as reformas deveriam seguir,

⁸⁹ *Jornal do Brasil*, 13 de outubro de 1963, p. 6.

⁹⁰ O historiador francês Georges Lefebvre, ao analisar a crise do Antigo Regime, reflete sobre a importância do pânico amplamente propagado no período conhecido como o *Grande Medo*. As relações do medo com a conspiração política, as correntes do medo e os mensageiros do pânico, são aspectos declaradamente importantes para a ação revolucionária posterior, voltada contra a aristocracia. Neste sentido, dando mais ênfase ao caráter agregador da propagação do medo e sua relação com a conspiração, tanto conservadores quanto “agitadores” dispunham de elementos para temer o adversário e agir. “Uma violenta reação sucedeu ao pânico, onde, pela primeira vez, assinala-se a energia guerreira da Revolução e fornece à unidade nacional a ocasião de se manifestar e de se fortificar”. Ver LEFEBVRE, G. *O Grande Medo de 1789*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

segundo Jair Dantas Ribeiro, seria encontrada “de maneira simples” mediante apenas uma consulta à lei.⁹¹

O debate político, aos olhos do militar, seria nada mais que um espaço no qual as decisões seriam alcançadas pela simples conferência das leis através do *bom senso*. Havendo equilíbrio entre os “especialistas da política” no que concerne suas opiniões políticas, o caminho político possível seria sempre um só, e este caminho seria indicado pelo *bom senso* e pelo respeito às leis. Esta concepção do Chefe militar não foge à visão dos jornais aqui analisados. Nos órgãos de imprensa também encontramos referência a uma ética política comum compartilhada pelos brasileiros. Este ponto em comum, que seria verificável através do *bom senso* e do sentimento patriótico, seria o respeito à lei. A legalidade, neste momento, confundia-se com a ordem.

Se estamos certos neste raciocínio deve haver, para todos os brasileiros, em que pese às suas divergências e antagonismos, um ponto comum de encontro. A nosso ver esse ponto de encontro, que une obrigatoriamente os divergentes e se sobrepõe a tudo o mais, é o religioso respeito à lei.⁹²

Quando estes jornais tratam as divergências e antagonismos entre os diversos grupos políticos, o fazem entendendo-as como subordinadas a um fim único e possível, unidas ao mesmo princípio. Ao fim e ao cabo, este seria um ambiente primordialmente isento de conflitos, a despeito das divergências e antagonismos. Haveria um ponto de encontro, um consenso sobreposto, entre os grupos políticos proponentes de caminhos políticos razoáveis.⁹³ Neste caso, os caminhos deveriam passar pela manutenção da ordem, da democracia cristã, da unidade do Brasil, e da emancipação lenta e inevitável dos trabalhadores à renda nacional. Mas, se entre os grupos políticos não houvesse um fim em comum e se suas propostas fossem irracionais, os antagonismos seriam tratados enquanto uma divergência moral e estariam, assim, fora do campo da política possível. Ou seja,

⁹¹ *Jornal do Brasil*, 1 de outubro de 1963, p. 6.

⁹² *O Globo*, 10 de setembro de 1963, p. 1.

⁹³ Para John Rawls, as instituições democráticas manteriam sua estabilidade diante das grandes divergências sociais existentes a partir de um consenso social sobre algumas questões. Este consenso, que seria distinto das simples convenções habituais, seria o consenso sobreposto. Este tipo de consenso seria tributário de uma redução do conflito de valores na esfera política. Outro aspecto importante na teoria de Rawls, sobre o consenso sobreposto, é sobre a razoabilidade das vertentes políticas. O consenso sobreposto seria verificável apenas dentre as doutrinas razoáveis. RAWLS, J. *Liberalismo Político*. São Paulo: Ed. Ática, 2000, p. 190-196.

havendo “desvio” do curso político do país, haveria também uma falha na atitude tomada.

Em meio a um ambiente político marcado pela crise, a realidade estava confinada a um dualismo entre política e moral, estava em jogo tomar “a” decisão ao invés de se tomar decisões. A partir deste idioma político, atitudes políticas e atitudes morais, por estarem em campos distintos da experiência humana, deveriam ser combinados para o bom exercício da coisa pública. Dada a hierarquia dos aspectos morais em detrimento dos políticos, seriam necessárias atitudes razoáveis, a fim de compensar as instabilidades da política. Com o adensamento do debate político e uma pluralização cada vez maior do espectro político, os jornais acompanharam este movimento com a cobrança cada vez mais forte de um posicionamento moral. Isto reduzia o campo das possibilidades políticas aos deveres morais e ao razoável. O pensamento dualista encobre a decisão exigida diante do momento crítico. A partir deste dualismo, as expectativas dos grupos políticos significadas nos jornais estariam sujeitas ao julgamento moral. Caso não houvesse possibilidade de um fim em comum, de um horizonte de expectativas previamente conhecido, as escolhas divergentes seriam incompatíveis com o jogo político. E estes grupos e suas expectativas deveriam ser afastados da política.

O destino do Brasil que, segundo os jornais, estava ligado ao progresso democrático e, sobretudo, ao desenvolvimento econômico, antecipava o fim da crise. O restabelecimento da *ordem*, ou seja, o retorno a uma situação previamente conhecida e fixada indicava que o horizonte de expectativas destes jornais estava mais próximo de seu espaço de experiências, diferentemente dos “radicais” que propunham a “revolução”, a “quebra da ordem”, a “agitação” a “desunião”, o *desconhecido*. O fim da crise seria representado pelo “autêntico” caminho democrático em detrimento dos extremismos e radicalismos que levariam o país ao desconhecido. A manutenção do *status quo* era necessária, pois esta *ordem* representava a “vocação” da Nação brasileira.

Em um trecho de um editorial do *Jornal do Brasil* intitulado, *Para Onde Vamos?*, a pergunta que intitula o editorial é feita à João Goulart em relação ao perigo do país ser *desvirtuado* para a “anarquia e para a guerra civil”. Falando a seus leitores e em nome da consciência do País, o jornal afirma:

Devemos tomar o destino nacional em nossas mãos, sem descambarmos para o fatalismo negro, e construirmos um futuro diferente do que está projetado na situação presente. Um país como o Brasil não pode deixar de ser o que deve ser, se os brasileiros assumirem o comando que lhes falta de cima para baixo e impuserem de baixo para cima o rumo que não querem nos dar.⁹⁴

Evocando seus leitores a tomar o leme do destino nacional sem que, no entanto, se descambasse para o “fatalismo negro”, buscavam sair da crise presente e construir um futuro diferente. Este futuro por sua vez, não seria simplesmente diferente, deveria ser oposto à “anarquia”, à “guerra civil”, e à “ignóbil ditadura de esquerda ou de direita”. Dentro deste raciocínio, o futuro não deveria ser o do “fatalismo obscuro” nem desconhecido, mas a continuação do que o Brasil deveria ser. O processo político brasileiro deveria ser conduzido sem traumas ou grandes rupturas. As constantes acusações a Jango de omissão e ação frente às sucessivas greves e manifestações dos sindicatos levaram os jornais a cobrar que os brasileiros construíssem um comando de baixo para cima, visto que lhes faltava de cima para baixo. Aos brasileiros cabia impor o rumo para que o Brasil não se perdesse em seu caminho.

Ainda que no editorial estivesse ressaltado que esta imposição exercida pelos brasileiros se orientasse de baixo para cima, tal exercício não passava por aspectos construídos dentro de uma lógica da participação política mais direta ou de um posicionamento político-ideológico. Se tratando de um destino preestabelecido, o fim da crise estaria anunciado no desenvolvimento, na manutenção da democracia representativa e através de uma postura serena e tranqüila. “As críticas e ataques contra deformações e limitações [ilegível] sistema representativo no Brasil constituem pretextos ostensivamente usados para extinguir o próprio sistema”.⁹⁵ As demandas por uma ampliação democrática eram significadas como uma forma de extinguir o sistema representativo, e não passariam, portanto, de pregações antidemocráticas e subversivas.

A estabilidade das instituições políticas brasileiras estaria diretamente relacionada à ausência de conflitos político-ideológicos e à presença de um consenso entre partes razoáveis. A partir da unidade lingüística criada em torno de alguns conceitos e o dualismo entre política e moral, criava-se, nos jornais, um idioma político dentro do qual seria possível um consenso. Aqueles que não se

⁹⁴ *Jornal do Brasil*, 1 de setembro de 1963, p. 6

⁹⁵ *Ibid.*

enquadrassem dentro deste idioma político e, por conseguinte, não seguissem os rumos preestabelecidos por estes valores e tradições estariam colaborando apenas para a *desordem, agitação, subversão* e para o fim do regime democrático. Fato importante a ser considerado neste momento é a ilegalidade do Partido Comunista, que possibilitará a identificação de quaisquer grupos políticos que mantivessem relações com o Partido, de ilegais e antidemocráticos. Os comunistas e os grupos à esquerda do espectro político, possuidores de um horizonte de expectativas descolado do espaço de experiências, estariam, desta forma, excluídos do campo da política.

Assim, segundo entendemos, variam os processos, diverge-se a respeito das melhores soluções, polemiza-se quanto aos caminhos que mais convêm ao Brasil, mas todos – com a só exceção dos vermelhos – querem, de fato, servir a Pátria, honrá-la, e vê-la maior, mais rica e mais feliz.⁹⁶

Ainda que grupos políticos considerados razoáveis se valessem de meios e mecanismos divergentes, e até polêmicos, estariam a serviço de um mesmo fim. O desejo de servir à Pátria e de vê-la mais rica e mais feliz. Havia assim os *falsos* democratas e os *verdadeiros* democratas, de parte a parte do espectro político. O comportamento incompatível com a política seria identificado aos extremistas radicais e irracionais. O caminho das negociações políticas, portanto, estaria limitado ao “centro político” razoável construído pelos jornais e afastado das extremidades, fossem elas de direita ou de esquerda.

Os jornais a todo o momento alertavam para o perigo de golpes que poderiam vir destes extremistas. Contra a radicalização e os grupos extremistas, o *bom senso* era evocado como meio de se produzir uma política “centrista”, única capaz de produzir consensos políticos e “desarmar os espíritos”. Acredito que neste ambiente discursivo a valorização do centro político era tamanha que analistas posteriores conferiram à quebra da aliança PSD/PTB um papel central no colapso do sistema político partidário e no fim do regime que culminou com o Golpe militar. Wanderley Guilherme dos Santos, na obra intitulada *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*,⁹⁷ além de privilegiar em sua exaustiva análise aspectos institucionais do sistema político partidário, por acreditar “que é sobretudo a estrutura do conflito político, em si, que importa para o resultado de

⁹⁶ *O Globo*, 10 de setembro de 1963, p. 1.

⁹⁷ SANTOS, W. G. dos. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

qualquer outro conflito na sociedade como um todo”,⁹⁸ sustenta que a crise política, necessariamente, terá que se manifestar no sistema partidário e no funcionamento do legislativo. Desta maneira questiona a tese de que a simples ruptura da aliança PSD/PTB tenha causado a instabilidade política que culminou com o fim do governo de Jango.

O autor não compreende esta aliança como possibilitadora de alguma estabilidade, devendo, para este fim, ter apoio de outros partidos como a UDN, por exemplo. Chega a esta conclusão comparando dados de votações parlamentares no governo de Juscelino Kubitschek. O que ocorreu, segundo ele, foi uma profunda crise do sistema partidário brasileiro, e não somente uma crise das alianças oriundas de sua instabilidade e facciosismo. A radicalização do espectro político esteve relacionada a uma crescente falta de compromisso dos partidos, de cooperação e negociação, culminando na paralisia decisória, forma mais provável da manifestação de crise política em um ambiente polarizado. A paralisia decisória seria o resultado da impossibilidade de grupos políticos gerarem consensos mínimos em torno de questões que eles mesmos seriam favoráveis. Ainda que não possuíssem um projeto alternativo os partidos votariam contra projetos de outros grupos políticos.

Mediante a análise dos discursos políticos emitidos pelos jornais selecionados, foi possível perceber uma formulação teórica em torno da democracia que produzia um impasse moral na adoção de algumas posições políticas entre os vários grupos políticos. Ainda que houvesse um consenso em torno de valores democráticos, cristãos, em torno da justiça e do bem comum, à medida que estes valores fossem submetidos à disputa político-ideológica, as divergências apareceriam sob a pecha do “radicalismo”, da demagogia ou do desconhecimento da realidade. Só haveria possibilidade de consenso, ainda que mínimo, dentro de um idioma político preestabelecido por grupos políticos conservadores e veiculado pelos jornais. Desta feita, CGT, UNE, parlamentares à esquerda do espectro político, e, sobretudo próximos às reivindicações de reformas “radicais” e do Partido Comunista, estariam fora do campo político marcado pela possibilidade de um consenso, pois não compartilhavam de *bom senso* em suas ações. O governo de João Goulart, por conseguinte, foi afastado – e

⁹⁸ SANTOS, W. G. dos. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo: Vértice, 1986, p. 22

afastou-se – deste consenso. Haveria um núcleo lingüístico, construído com auxílio de alguns jornais, através do qual as ações políticas – possíveis e ideais – seriam verificadas.

Caminhando a contrapelo, Antonio Lavareda em sua obra *A Democracia nas Urnas*⁹⁹ apresenta a tese inversa de que, ao contrário, o sistema partidário estaria sofrendo um processo de consolidação e identificação eleitoral crescente e o cenário partidário estaria sofrendo um reordenamento.¹⁰⁰ O autor reforça a importância dos veículos de imprensa escrita na relação entre eleitores e os partidos. Corroborando com as conclusões deste autor, acredito que a consolidação do sistema partidário da qual Lavareda se refere nesta obra, está inserida na discussão desta dissertação na medida em que, segundo o autor, “uma parcela amplamente majoritária do eleitorado dos grandes centros urbanos se autoposicionava ao centro”.¹⁰¹ O autor reconhece as ambigüidades deste centro e suas ligações com a tradição católica, com o anticomunismo e com o Reformismo. Ambos os aspectos orientavam-se por valores ideais, criavam um consenso moral possibilitador desta ambigüidade. Voltando às reflexões de Lavareda, termina por afirmar que a radicalização e a polarização não passariam de uma “nítida opção de setores das elites, à esquerda e à direita, pelo recurso à radicalização, em prejuízo das regras democráticas vigentes”.¹⁰²

Com a crescente politização e adensamento do debate político ideológico no Congresso e nas ruas, grupos conservadores agiram em direção à moralização da

⁹⁹ LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas: o processo partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora: IUPERJ, 1991.

¹⁰⁰ As organizações à esquerda e à direita do espectro político-partidário sofreram reestruturações e novas orientações surgiram com tendências mais radicais. À esquerda o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda ilegal, alcançara importante influência no meio sindical e no jogo político-partidário. Passou a adotar uma orientação revolucionária nacional-democrática, acentuando o caráter pacífico da passagem do capitalismo para o socialismo, reivindicou maior participação na democracia de seus quadros, que fizeram alianças com setores progressistas e com o governo de Jango. Em 1962 foi criado o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), por ex-dirigentes do PCB em decorrência da crise provocada pelas resoluções do Partido Comunista da URSS. Outros grupos mais radicais também surgiram. A Ação Popular (AP), com forte penetração nos meios estudantis, a Política Operária (Polop), as ligas camponesas, entre outros. À direita, os grupos organizaram-se em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), do Movimento Anticomunista (MAC), da Tradição, Família e Propriedade (TFP), do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), do Grupo de Ação Patriótica (GAP). Interessante perceber, nos grupos à direita, suas vinculações com democracia, patriotismo, anticomunismo, família, propriedade, tradição, conceitos caros ao idioma político dos jornais. Para uma coleção detalhada sobre estes grupos, sua origem e atuação, ver ABREU, A. A. de; BELOCH, I; LATTMAN-WELTMAN, F. e LAMARÃO, S. T. de N. (Coordenação). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós -1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 1629..

¹⁰¹ LAVAREDA, A. Op. Cit, p. 182.

¹⁰² Ibid., p. 182.

política. Temendo a ampliação democrática personificada na “luta de classes” e no conflito de idéias políticas, estes grupos inventaram tradições promotoras da unidade, da harmonia do povo brasileiro e na inexistência de classes. Significaram a democracia enquanto um regime harmonioso e isento de conflitos, no qual ações políticas potencialmente ordeiras e serenas tornavam-se imprescindíveis. Buscando atenuar as escolhas político-ideológicas que se pluralizavam e se consolidavam, construíram um discurso político moralizado que se fechava em uma escolha apenas, em *um* caminho possível, aquele que levaria o país a cumprir seu *destino* e atuaria na moralização da administração política, tão reivindicada na última campanha presidencial em 1960. Constrói-se uma política sem o *político*, pois, o conflito político-ideológico, visto como negativo, deveria ser extirpado da vida política. E é neste ponto que as regras democráticas vigentes sofreram prejuízo e aumentaram as possibilidades de sucesso do Golpe.

Note-se que ao entenderem o conflito como uma instância negativa dentro do regime o faziam de acordo com um consenso liberal, onde a neutralidade deveria imperar entre as instituições democráticas e dentro de um núcleo político dotado de *bom senso*. Dentro deste esquema, a participação estaria para o vício na mesma medida em que a representação estaria para a virtude. A estabilidade das instituições estaria vinculada a engenharia jurídica das formas democráticas, que por sua vez, estaria a cargo de ser o dique contra as contingências. A ação esperada seria a ação econômica, eficaz na emancipação dos trabalhadores à renda nacional. A crescente politização do debate público, a crescente mobilização sindical e de grupos desejosos de mudanças estruturais profundas verificadas na segunda metade do ano de 1963 representariam, às *Olivetti* dos jornais, a contingência a ser controlada.

A decisão exigida pelo momento crítico estava posta: a contenção das reivindicações por uma democracia mais densa e participativa e por reformas “radicais”, lidas e descritas, ambas, como ilegais. Ao ser abandonado por alguns grupos à esquerda após o pedido de sítio, Goulart foi compelido pelos conservadores a voltar-se para o centro político e abandonar de vez sua base eleitoral estudantil, sindical e operária. Caso aceitasse, estaria frustrando ainda mais as expectativas reformistas destes grupos e jogando fora uma base de apoio que se mostrara poderosa em 1962, quando obteve apoio do dispositivo militar na luta pelo plebiscito. Os grupos à esquerda por sua vez, a partir do pedido

fracassado de estado de sítio, radicalizam-se e cobram de Jango uma postura efetiva e condizente com seu apoio ao longo do governo.

Quando, no início de 1964, João Goulart opta pelo rumo de sua base eleitoral de apoio, pela democracia reivindicada na praça pública, pelas mudanças estruturais críticas ao *status quo*, entra de vez para ilegalidade e perde sua soberania, comete um crime ao afastar-se da lei. Nas possibilidades abertas ao presidente diante da crise e significadas entre crime ou lei, não restava a João Goulart muitas alternativas, já era tarde demais. Grupos políticos conservadores e os jornais pedirão a intervenção “moderadora” das Forças Armadas, ainda mais coesas contra a inquietação social e militar, pela manutenção da ordem. Esta intervenção, endossada pelos conservadores e cobrada pelos jornais, será chamada de “Revolução” pelos militares, que tomarão os rumos da política – sob a política *do Exército* – de cima para baixo e serão criticados pelos jornais e grupos políticos defensores da manutenção da democracia representativa das reformas graduais e moderadas e da legitimidade do Congresso diante de sua irrevogabilidade e autoritarismo. Também, para os jornais e grupos políticos conservadores, seria tarde demais.